



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

RELATÓRIO DOS GRUPOS DE TRABALHO DO ENCONTRO ESTADUAL DO ENSINO MÉDIO.

**Equipe de elaboração:
Prof. Dr. José Roberto Silva
Prof. Me. Ricardo Pereira**

Belém

2014

INTRODUÇÃO

O Encontro Estadual do Ensino Médio realizado nos dias 08 e 09 de Maio de 2014 reuniu em torno de 250 profissionais da educação, entre professores, diretores de escolas, URES e USES e técnicos que atuam no Ensino Médio para discutir o enfrentamento das situações problemas que rondam a última etapa da Educação Básica e apontar alternativas que possam ser incorporada às Diretrizes Estaduais do Ensino Médio com homologação prevista para 2014.

Ressalta-se que o Fórum do Ensino Médio ao retomar no final de 2013 suas atividades, cumpriu a função de congregar as Instituições de Ensino Superior e da Sociedade Civil para discutir e encaminhar propostas para o desenvolvimento da etapa final da Educação Básica no Estado do Pará.

Assim, considerando essas premissas, o Encontro Estadual do Ensino Médio, desenvolveu uma metodologia que foi permeada por palestras, mesas redondas e reunião de grupos de trabalho. Nesses GTs a metodologia desenvolvida permitiu aos participantes que expusessem suas dificuldades e apontassem propostas relativas à Identidade e Currículo; Formação e Carreira Docente; Acesso, Permanência e Condições de Oferta e Diversidade e Inclusão.

Este relatório apresenta a análise do que foi apresentado como propostas pelos Grupos de Trabalho que exposto no Auditório David Mufarrej no dia 09 de Maio de 2014. Espera-se que este relatório possa colaborar com o prosseguimento dos trabalhos do Fórum Estadual do Ensino Médio e originar Diretriz Curricular próxima dos anseios e necessidades das escolas e seus sujeitos.

GT identidade e currículo

O Grupo de Trabalho Identidade e Currículo, reuniu 12 profissionais que discutiram aspectos relacionados ao Ensino Médio em três eixos, a saber: Matriz Curricular, Avaliações Escolares e Formação Docente, cujas propostas refletem a necessidade de reordenamento da rede de ensino para que o currículo seja efetivado plenamente. No entanto, as propostas do grupo se mostram focadas na execução de políticas públicas educacionais à melhoria do ensino médio e em suas condições de oferta da etapa, como se observa abaixo:

- Reordenamento da rede escolar de educação básica: Redefinição das formas de ofertas com vista a evitar o fracionamento da oferta em escolas vizinhas, com ênfase para a Região Metropolitana, Santarém, Castanhal, Marabá, etc;
- Concentrar em escolas próximas o mesmo nível de ensino;
- Discutir currículo do Ensino Médio junto às comunidades onde há oferta de educação diferenciada: Campo, Indígena, quilombola e privados de liberdade; definindo assim a parte diversificada conforme as especificidades;
- As instituições de Ensino Superior devem ter o ENEM como diretriz para a unificação dos seus programas;
- Parceria com empresas públicas ou privadas de cada região para implantação/ampliação de estágios profissionalizantes;
- Ampliação do Ensino técnico e tecnológico;
- Reformulação do Ensino Fundamental I como condição essencial para qualquer projeto voltado para o Ensino Médio.
- Criar a ouvidoria dos alunos do ensino médio e egressos do ensino médio;
- Criação de um fórum docente para discutir o conteúdo programático do ENEM por áreas de conhecimento, visando a atender as peculiaridades de cada região;
- Realizar um Encontro Estadual Docente nas áreas do conhecimento com participação dos elaboradores de prova do ENEM e PRISE;

- Curso de capacitação para aplicação das novas tecnologias;
- Formação inicial do professor direcionada para interdisciplinaridade;
- Oportunizar aos professores a formação continuada através de cursos de Mestrado e Doutorado;
- Que a SEDUC/GOVERNO DO ESTADO, implemente novamente o programa de bolsas de Mestrado e Doutorado;
- Realização de concurso público para Docente do Ensino Técnico e Tecnológico;
- Implantação real da Jornada de Trabalho para a Carreira Docente no Sistema Estadual de Ensino.

Observa-se que os docentes estão requerendo que o cumprimento de ações que já são previstas em uma série de políticas públicas do MEC e da própria SEDUC. Nesse sentido, é necessário que se reflita sobre a forma de implementação, já que os docentes do ensino médio se ressentem da execução efetiva dessas ações.

O grupo também apresentou também propostas que se voltaram para a temática do grupo, como:

- A Secretaria de Estado de Educação deverá adotar o conteúdo do ENEM;
- Professores específicos de Língua Portuguesa e Matemática nas séries iniciais do Ensino Fundamental;
- Redução do conteúdo, a fim de que sejam trabalhados os eixos mais significativos e relevantes;
- Analisar as férias escolares de julho, sugerindo a mudança da mesma para outro período para otimizar a preparação para o ENEM;
- Mudança de avaliações escolares: Devem passar a ser trimestrais, com três avaliações e uma recuperação final;
- Recuperação de Conteúdos: a cada trimestre, os alunos que atingiram a média exigida pela instituição entram em recesso por uma semana, enquanto os outros ficam na escola para recuperar os conteúdos. Esses dias de recuperação deverão ser contados como dias letivos.
- Redefinição dos tempos de aula conforme o projeto da escola;

- Avaliações temáticas, por áreas de conhecimento;

Nesse conjunto de propostas que estão em menor número poder notar a tendência de adotar o ENEM como eixo norteador do currículo do Ensino Médio, uma vez que grande parte das propostas fazem clara opção pela operacionalização do currículo pelos princípios do ENEM.

A que se refletir que o ENEM se constitui uma ação de avaliação propostas para mensurar a aprendizagem dos alunos ao final do ensino médio, além de servir de estratégia de acesso ao ensino superior, como ao mercado de trabalho. Observa-se que essa tendência aponta para a inversão da função do ensino médio, já que as propostas apontam que a aprendizagem na escola estará submissa aos conteúdos requeridos pelo ENEM e não ao que é planejado pelos professores no interior da escola.

Essas propostas apontam também para a perda do princípio da autonomia da escola, uma vez que ao inverter a função do currículo pela avaliação, tais propostas assumem clara escolha por uma educação propedêutica, sem oportunidade de cumprir uma das funções precípuas dessa etapa apontada no artigo 35 da LDB:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;**
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;**
- IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

A adoção do ENEM como única diretriz para o desenvolvimento do currículo do ensino médio sinaliza à perda de oportunidade de formação plena dos educando, configurando a queimação de etapas importantes para a formação cidadã do jovem, além de não permitir que a escola e seus docentes produzam o currículo a partir dos anseios e necessidades coletivas dos sujeitos que a fazem.

GT Formação e carreira docente

O Grupo de Trabalho Formação e Carreira Docente, reuniu 32 profissionais que discutiram a problemática do Ensino Médio em dois eixos: Formação Inicial e Continuada e Carreira Docente, cujas propostas refletem o anseio dos professores às demais etapas da Educação Básica, visando integração das mudanças educacionais em discussão e sua efetivação no Estado do Pará. No entanto, as propostas do grupo se mostram focadas na execução de políticas públicas educacionais à formação inicial e continuada, especialmente com diálogo constante da SEDUC com as agências formadoras e no cumprimento das políticas de carreira, como se observa abaixo:

- Realizar a avaliação e revisão a cada 5 (cinco) anos dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Formação de Profissionais da Educação nos âmbito das IES;
- Implementar o Fórum das Licenciaturas, enfatizando as discussões e articulação entre os processos formativos tais como: Estágios, Avaliação, Prática Docente e outros voltados para a realidade da Educação Básica do Estado do Pará;
- Articular no âmbito das IES e SEDUC estudos e políticas públicas da carreira docente (Licenciaturas e Programas de Formação Pedagógica);
- Institucionalizar Programas de Formação Inicial (2ª Licenciatura) e Continuada para o atendimento dos docentes da Educação Básica do Estado do Pará, visando integração dos Sistemas de Formação e Exercício Docente;
- Fomentar Grupos de Pesquisa para o levantamento das necessidades de qualificação, junto aos docentes da Educação Básica por áreas de atuação;
- Implementar nas IES Programas de Formação Pedagógica aos bacharéis que atuam no Sistema Público de Ensino;

- Promover no âmbito das IES a oferta de Formação Continuada tais como: Avaliação, Metodologia de Ensino, Currículo etc, aos docentes da Educação Básica;
- Realizar estudo de demanda e oferta para formação inicial e continuada – SEDUC-IES;
- Implantar Núcleo de Formação Profissional no âmbito da SEDUC, considerando e aproveitando o quadro docente de mestres e doutores nas diferentes áreas de conhecimento;
- Implementar Pólos de Formação Continuada no interior do Estado do Pará.

Nota-se que as propostas formuladas por este grupo requerem a implementação de ações por parte da SEDUC e que deverão ser observadas nas diretrizes curriculares do Ensino Médio, uma vez que estas propostas do referido grupo se voltam para integração entre o sistema educacional e as agências formadoras a fim de juntas promoverem e melhorarem a formação inicial e continuada dos professores do Estado.

No que diz respeito à carreira docente, o grupo propôs:

- Recepcionar, acolher, orientar, acompanhar e avaliar os profissionais que ingressam nas unidades de ensino (Básica e Superior) quanto à sua atuação nos programas e projetos de ensino no âmbito da SEDUC;
- Implantar Programa de Qualificação Docente em parceria com as IES;
- Cumprimento por parte da SEDUC das resoluções e portarias (lotação docente) visando melhorar as condições de trabalho e de qualificação docente (carga horária / pós-graduação);
- Melhorar as condições e infraestrutura das escolas com apoio de aparatos tecnológicos, laboratórios e oficinas de cuidado da voz, relações interpessoais, ética na profissão;
- Incentivar maior participação das representações que congregam os interesses da discussão da Carreira Docente no Estado do Pará;

- Implantar programas de incentivo à atuação docente. (resultados das avaliações ENEM, IDEB, Prova Brasil, PROEMI, PROENEM, MAIS EDUCAÇÃO).

Essas propostas refletem o anseio dos docentes por condições trabalho mais dignas de trabalho a partir da atenção da secretaria no que diz respeito a lotação, incentivos, infraestrutura das escolas e formação. Observa-se também o apelo a estratégias produtivistas quanto à execução do ENEM, PROVA BRASIL, IDEB entre outros programas.

Nesse sentido, tal proposta segue na contra mão do que se espera que se faça em prol de toda a categoria docente, já que o incentivo por produtividade já se constitui uma estratégia dos governos no Brasil que acabam por desvalorizar o trabalho docente em detrimento dos resultados. Sobre esse aspecto Maués (2011) aponta que

Relaciona-se à legitimação de valores que induzem procedimentos competitivos entre escolas e sistemas para melhorar suas pontuações em classificações, baseadas nos resultados das avaliações em larga escala. **A associação entre desempenho e financiamento é o principal mecanismo que garante esta competição, a partir do momento em que tais resultados são utilizados como critérios de alocação de recursos e remunerações diferenciadas para os professores.**

A relação entre produtividades e trabalho docente é perigosa, pois em caso de êxito ou fracasso, o resultado sempre estará associado ao trabalho do professor. Faz-se necessário implementar ações de incentivo no conjunto das políticas educacionais e não somente em função de avaliações em larga escala.

GT Acesso, Permanência e Condições de Oferta

O Grupo de Acesso, Permanência e Condições de Oferta reuniu 24 profissionais que discutiram a problemática do Ensino Médio dentro de uma visão geral, cujas propostas refletem o anseio dos professores quanto ao funcionamento do ensino médio no contexto do sistema de ensino e do governo estadual. No entanto, as propostas do grupo se mostram focadas na execução de políticas públicas já existentes e que não se observa os efeitos na área educacional, especialmente o diálogo constante da SEDUC, como gerente da educação estadual e responsável pelo Ensino Médio, como se observa abaixo:

- Para a permanência: em casos de dependência não manter o educando com mesmo professor do ano anterior
- Fortalecer o protagonismo dos educandos: (grêmios e representantes de turma) para que as metas e as avaliações dos resultados do trabalho da escola sejam avaliados com a participação dos educandos e para monitorias em relação aos programas de formação profissional (Pronatec) e horário do término das aulas no horário noturno (buscar estratégias de segurança pública para garantir a saída dos locais de mais risco)
- Parceria com a rede de garantias de direito CRAS e Conselhos Tutelares
- Formação para o aprofundamento do papel social da educação e a "campanha nenhum a menos", efetivar a busca ativa proposta pelo Plano Nacional de Educação e o comprometimento com a ética no serviço público para com os educandos e suas famílias
- Diálogo sobre o papel de cada membro da comunidade escolar
- Avaliar os resultados alcançados pelos espaços pedagógicos das escolas (sala de informática, laboratório multidisciplinar e sala de leitura) universalização da oferta destes espaços para todas as escolas da Rede em todos os turnos.

- Critérios para a escolha dos gestores da escola, Formação semestral para professores e gestores
- Avaliação (diagnose inicial dos educandos) SISPAE Transparência dos resultados das avaliações e utilização dos dados como fonte de mudanças para o processo ensino aprendizagem
- Responsabilização da família segundo a legislação
- Adequação e criação dos Espaços físicos das escolas de ensino profissional e acadêmico
- Reordenamento das escolas a partir da responsabilidade do Estado sobre o EM com a construção de escolas de EM e eliminação das escolas de prédios alugados nas quais as condições do trabalho docente são muito prejudicadas
- Transporte escolar que beneficie todos os alunos do ensino médio desde o início do ano letivo da capital e interiores, em especial da zona rural, incluindo as aulas do final de semana
- Transposição didática Planejamento para o cumprimento da lei
- Utilização de AVA nas aulas da rede como forma de "garantir" uma certa intersecção da educação no Estado em todas as áreas principalmente das disciplinas que os educandos tem menor aproveitamento
- Respeito ao número de educandos 25 educandos
- Construção de escolas
- Estabelecer metas maiores de escolarização que hoje é 50% que terminam o EF
- Políticas públicas aumentar o percentual de recursos para o EM dentro dos 25%
- Melhoria de condições de oferta do EM noturno e ampliar e qualificar com equipamento e pessoas a oferta de educação profissional e PROEJA

- Fóruns das regiões do Estado para garantir o respeito as especificidades regionais
- Valorização e divulgação das experiências docentes exitosas dos educadores da rede ampliação dos site da SEDUC para URES e USEs
- Participação da direção de formação do SINDICATO nos debates e encaminhamentos dos PACTO pela educação e EM
- Levantamento do adoecimento docente (sem substituto) que causa o desestímulo do educando
- Atualização do regimento escolar (mais de duas reprovações os educandos são transferidos com o referendo do regimento) não cita as URES e USES
- Chamar os pais para conhecer o processo de formação dos filhos
- Divulgar para as turmas de EF os cursos ofertados pela rede de educação profissional
- Passe livre para os estudantes do EM
- Atenção às escolas de EM de áreas de periferia onde que podemos aumentar a rede de educação profissional
- Acompanhamento e monitoramento dos resultados das avaliações externas pelas uses de forma institucionalizada*
- Os educandos amam as escolas mas se desanimam e porque o professor falta e não tem merenda
- Acesso: formação PRO ENCEJA para garantir acesso de pessoas em distorção idade/série em parceria com as empresas para aumentar a escolaridade de seus funcionários
- Políticas de formação para os educadores que trabalham o EJA EM que está excluída dos Jovens do futuro
- (Jovens do presente) Educação no cárcere, quilombolas, educação hospitalar, educação indígena e educação especial.

- Criação de novas URES e dar maior autonomia, e garantia de logística.
- Adequação dos espaços das escolas efetivação da lei de toda escola com biblioteca.
- Novas metodologias de educação a distância para a formação.
- Portal da Transparência dos recursos da SEDUC
- Fortalecer o Domínio de conteúdo para a o ingresso no EM e cumprimento do conteúdo no EF (transposição didática)
- Criação do fórum do EM com participação de grupos de pesquisa das disciplinas de menor aproveitamento dos educandos
- Capacitar a equipe de gestão para a comunicação interna da equipe (interpessoal) e entre a equipe e corpo docente evitando a personalização e perda de recursos por conta da falta de organização, prestação de contas e comunicação.
- Complementação do quadro de profissionais da escola e valorização de pessoal
- Transparência do enxugamento de recursos a partir da diminuição do quadro de servidores
- Formação para a inclusão de PNEs e criação de mais AEE
- Divulgação dos projetos que garantem formação docente (RENAFOR)
- Salas de aula pequenas que não cabem 40 alunos comunicação entre a realidade do prédio das escolas e a portaria de matrícula que estabelece 40 educandos por sala
- Processo seletivo de tecnológicas que tem calendário diferente das demais escolas
- Criação de grupos de professores permanentes
- Pesquisa sobre o que quer o educando do EM (Levantamento de demanda)

As propostas apresentadas pelo grupo revelam a preocupação dos docentes com as políticas de acesso e permanência na escola e seus desdobramentos políticos, uma vez que as proposições centram-se nas condições de oferta do Ensino Médio. Destaca-se que essas alternativas apresentadas pelo grupo giram em torno da preocupação com a infraestrutura da escola à oferta, suporte tecnológico para ampliação do EM e articulação política da URES, USES e SEDUC na oferta do EM.

Ressalva-se que essas propostas vão de encontro ao que já é determinado na Constituição Federal no artigo 206, inciso I ao determinar que “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, como também no inciso IV que complementa afirmando que a educação brasileira deve assegurar a “garantia de padrão de qualidade”. Essas premissas também são princípios na LDBEN 9.394/1996 em seu artigo 3º, mostrando que se ainda professores reclamam a ausência efetiva dessas ações no meio educacional é sinal que os esforços ainda exíguos para atingir a democratização do acesso e principalmente da permanência com sucesso na escola. Dados publicados pelo INEP (2013, p.30) mostram que,

no período que compreende os anos de 2007 a 2011, dados do Inep/MEC apontam a tendência de estabilidade do número de matrículas no Ensino Médio. Essa estabilidade aparece também no número da população brasileira na faixa etária de 15 a 17 anos. Se essa tendência for mantida, a estimativa é que a situação de equilíbrio da matrícula esteja em torno de 10,4 milhões de alunos, que corresponde à população na faixa etária de 15 a 17 anos, contra os atuais pouco mais de 8,4 milhões de matriculados. Essa dinâmica precisa ser monitorada e acelerada para que haja ampliação da demanda para o Ensino Médio, especialmente se considerar que o aluno potencial do Ensino Médio é o concluinte do Ensino Fundamental, o que significa que a melhoria do atendimento e melhoria da taxa de conclusão na idade adequada no Ensino Fundamental, requer uma expansão significativa da oferta do Ensino Médio.

Ou seja, a preocupação dos docentes com a permanência tem fundamentação nos dados coletados e analisados pelo INEP que sinalizam que o acesso já está sendo efetivado, mas a permanência ainda é abalada por questões pouco resolvidas como a distorção idade-série, a repetência, entre outros problemas, inclusive apontados pelos docentes, que se refletem na presença e conclusão dos jovens nessa etapa da Educação Básica.

GT Diversidade e Inclusão

O Grupo de Trabalho Diversidade e Inclusão, reuniu 44 profissionais que discutiram a problemática do Ensino Médio em treze eixos Inclusão e Diversidade, Dificuldade de trabalhar com alunos com necessidades, Reconhecimento da Classe Hospitalar e Prisional, Desenho Curricular do Ensino Médio, Indígenas - dificuldade de acesso e comunicação, Carência de recursos humanos, Instalações físicas, Lotação de professores para o desenvolvimento potencial criador do aluno, Transformar as políticas de governo para políticas de Estado, Alunos que não sabem ler e escrever no Ensino Médio, Participação da comunidade na escola, Muitas etapas e modalidades em uma só escola, Currículo dissociado da realidade do campo, Superação do racismo institucional, cujas propostas refletem a necessidade de atendimento educacional a parcelas da população diferenciadas. No entanto, as propostas do grupo se mostram focadas na execução de políticas públicas educacionais ao atendimento a essas populações e as condições de oferta do Ensino Médio, como se observa abaixo:

01 Inclusão e Diversidade	Formação dos profissionais da educação e existência de um grupo de profissionais de forma efetiva nas escolas para o atendimento dos alunos com necessidades; cumprimento e aplicação prática da legislação; estabelecer sanções administrativas cabíveis e inerentes a função /cargo; presença do Ministério Público para o cumprimento das Leis: 10.639 e 11.645; fiscalização e implementação do Projeto Político das Escolas entre USE,URE,SEDUC e CEE; implementar no currículo educacional os conteúdos étnico raciais, inclusão e diversidade por área de conhecimento.
02-Dificuldade de trabalhar com alunos com necessidades	Aprimoramento da formação continuada; recursos adequados/multifuncionais para alunos

03-Reconhecimento da classe hospitalar e prisional	Regulamentação da educação escolar hospitalar e educação prisional e atendimento domiciliar como educação regular e/ou como inclusiva(reconhecimento nas três esferas); elaboração de Políticas Públicas para atender as necessidades dos discentes e docentes; maior efetividade dos convenio firmados entre SEDUC e Secretarias de Saúde; garantir a lotação suficiente dos profissionais da educação e saúde; currículo que atendam a necessidades das especificidades dos alunos enfermos e prisionais; processo de avaliação seja específico ; área de conhecimento adotada e metodologia diferenciada de trabalho.
04-Indigenas- dificuldade de acesso e comunicação	Criar políticas públicas efetiva para inclusão; facilidade de transporte e qualificação profissional
05-Desenho curricular do Ensino Médio	Reordenar o atual desenho curricular por área de conhecimento
06-Carência de recursos humanos	Complementação do quadro técnico administrativo; pedagógico e de apoio nas escolas.
07 Lotação de professores para o desenvolvimento potencial criador do aluno	Lotação do professor de artes por formação específica em teatro, dança, artes visuais e música no Ensino Médio
08-Instalações físicas	Fortalecimento da rede elétrica para suportar a carga dos diversos equipamentos eletro e eletrônicos existente nas escolas; garantir a manutenção da rede hidráulica visando seu pleno funcionamento; reposição sistemática de ventiladores aparelhos de ar condicionados .

09-Transformar as políticas de governo para políticas de Estado	No Pará, incluir o eixo INCLUSÃO SOCIAL nos eixos: Ciência, tecnologia, Cultura e Trabalho
10-Alunos que não sabem ler e escrever no Ensino Médio	Prever programas específicos de nivelamento e reforço escolar com carga horária específica
11-Participação da comunidade na escola	Prever a ampliação da participação da comunidade na escola (Conselho Escolar)
12-Muitas etapas e modalidades em uma só escola	Prever ações de definição da identidade do Ensino Médio através do reordenamento escolar
13-Currículo dissociado da realidade do campo	Atrair currículos / recursos a realidade produtiva do campo; livro didático regional
14-Superação do racismo institucional	Apesar de já estar previsto na Res. Nº 01/ 2010 do CEE/PA, é urgente a necessidade de fiscalização por parte deste órgão nos processos de análises processuais a introdução dos conteúdos sobre cultura e história da África e Afro descendentes previstas pelas Leis:10639/03 e 11.645/03.

Essas propostas revelam a preocupação dos professores com o atendimento das populações diferenciadas, preocupação esta que se fez presente em todos grupos. Dentre as populações que mais foram defendidas estão as classes hospitalares, encarcerados, quilombolas e indígenas, para os quais requereu-se maior atenção, inclusive com um currículo diferenciado que tenha consonância com a realidade sócio-cultural dessas populações.

Aur e Castro (2012, p.16) mostram no que concerne a diversidade e inclusão no Ensino Médio é imperativo observar que, a política voltada às populações diferenciadas tem que levar em conta suas características socioeconômicas e culturais na qual estão inseridos, considerando que,

as desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil incluem o desafio geral de construir um projeto democrático de educação pública inclusiva e de qualidade, que contribua para a formação cidadã dos adolescentes e jovens, e para a sua inserção no mundo do trabalho. Quando se fala do ensino médio público no Brasil, está se falando basicamente de adolescentes e jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, homens e mulheres transitando para a vida adulta, apresentando defasagem na sua escolaridade, com diferentes experiências e expectativas, e renda familiar *per capita* de até um salário mínimo, enfrentando um mercado de trabalho cada vez mais exigente quanto à escolaridade e à qualificação profissional.

As propostas elaboradas por este grupo coadunam com a tendência apontada pelos autores, uma vez que revelam preocupação com a situação sócio econômica dos jovens, além da vulnerabilidade a que estão expostos, dadas as condições de vida.

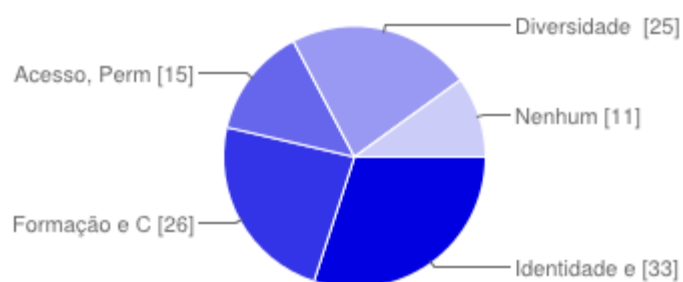
AVALIAÇÃO DO ENCONTRO ESTADUAL DO ENSINO MÉDIO

Aos oito e nove dias de maio de dois mil e quatorze foi realizado o Encontro Estadual do Ensino Médio no Auditório David Muffarej da Universidade da Amazônia – UNAMA, contando com a participação de 238(duzentos e trinta e oito) inscitos, conforme dados obtidos no sistema on line de inscrições e realizadas no ato de credenciamento.

No dia nove de maio no encerramento do evento foram distribuídas fichas de avaliação aos presentes, tendo retornado apenas cento e dez (110) que passamos a apresentação dos dados obtidos:

Quanto à participação nos Grupos de Trabalhos.

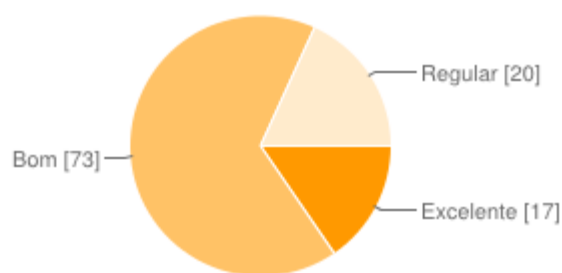
Dos cento e dez participantes que responderam à avaliação do evento, o nível de participação nos Grupos de Trabalhos, ficou assim distribuído:



Fonte: Ficha de avaliação

Inscrição de participantes.

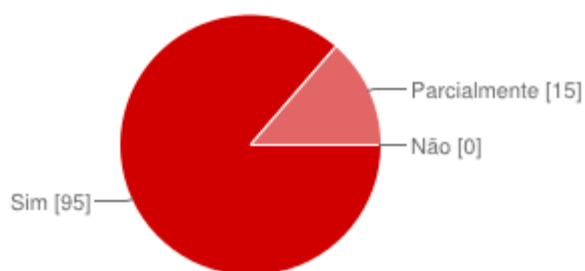
Em relação ao processo de inscrição para participação do Encontro Estadual do Ensino Médio foi disponibilizado no site do Conselho Estadual de Educação, o formulário de inscrição por Grupos de Trabalhos, bem como divulgação no site da Secretaria de Estado de Educação- SEDUC e da Universidade da Amazônia. Para aqueles que não usaram o formulário digital, foi possível a inscrição no ato do credenciamento no primeiro dia do evento. Ressaltamos ainda que a Assessoria de Comunicação do CEE enviou email para as USES e URES da SEDUC sobre o evento e formas de inscrição. Para os participantes do evento o referido processo foi avaliado como “bom”, de acordo com o gráfico abaixo:



Fonte: Ficha de Avaliação

Infraestrutura do Evento

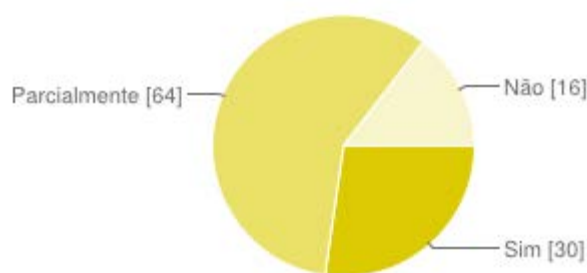
Quanto à infraestrutura oferecida pela UNAMA em relação ao local do evento, os participantes afirmaram que foram atendidos em relação ao espaço que o evento ocorreu.



Fonte: Ficha de Avaliação

Recursos para divulgação do evento

Em relação aos recursos utilizados pela Comissão Organizadora para divulgação do evento, os participantes apontaram que não foram totalmente adequados, consideram que atenderam parcialmente, nos alertando para revisão dos procedimentos que serão adotados para os futuros eventos.

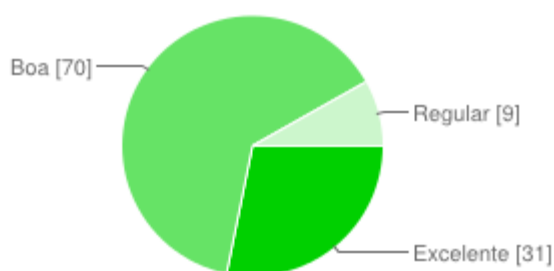


Fonte: Ficha de Avaliação

Em relação ao Encontro Estadual do Ensino Médio, os participantes avaliaram a organização do evento, a abordagem e segurança dos palestrantes, bem como sobre os recursos e o período do evento. Por último apontaram pontos positivos que o evento proporcionou aos participantes e sugestões de temas para o próximo evento, no qual apresentamos os dados obtidos.

Organização

Sobre a organização do evento, 64% dos participantes consideraram que foi “boa”, 28% dos participantes, consideraram a organização como “excelente” e apenas 8% consideraram como regular.



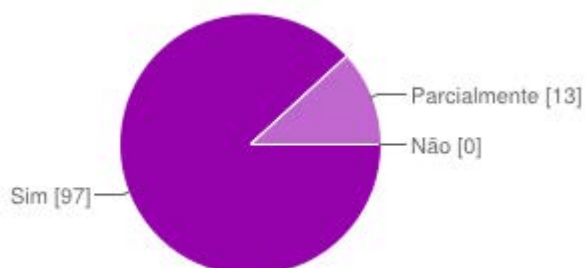
Fonte: Ficha de Avaliação

Palestrantes do evento

Em relação aos palestrantes que participaram do Encontro Estadual do Ensino Médio, os participantes consideraram que as abordagens foram coerentes com o tema do evento e a segurança no domínio dos conteúdos

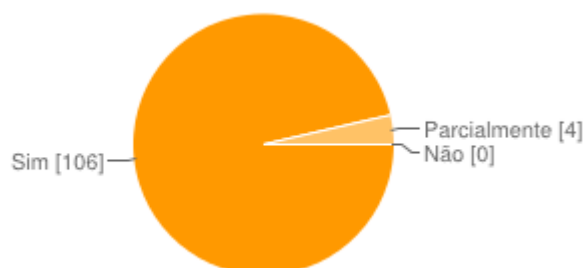
explorados também foi avaliada de forma bastante positiva, de acordo com os gráficos abaixo.

A abordagem dos palestrantes com a temática do Encontro Estadual do Ensino Médio



Fonte: Ficha de Avaliação

Segurança dos palestrantes na apresentação dos conteúdos.

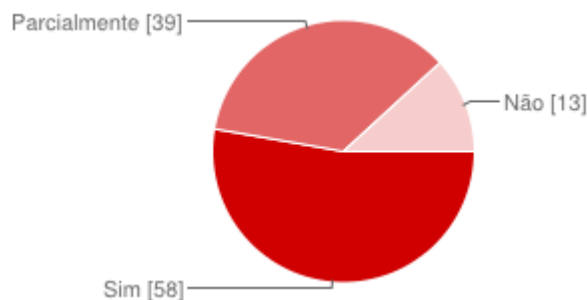


Fonte: Ficha de Avaliação

Período do evento

Em relação ao período do evento, os participantes apontaram que o mesmo foi adequado, embora tenha havido sugestões para ampliar os dias de realização nos próximos encontros.

O período de realização do Encontro Estadual do Ensino Médio foi adequado?



Fonte: Ficha de Avaliação

Pontos positivos do evento.

Para os participantes do Encontro Estadual do Ensino Médio, os pontos positivos do evento que os mesmos mais destacaram foram:

- **Os Palestrantes e os Temas abordados** – há muitos destaques para a participação dos membros das universidades, bem como das palestras sobre a trajetória histórica do Ensino Médio realizada pela Profa. Suely Menezes e do Prof. Francisco Cordão.
- **Local do Evento e discussão em Grupos de Trabalho** – Os participantes destacaram o local do evento como um dos pontos principais para o sucesso do mesmo, bem como destacaram a estratégia de formação de grupos de trabalho por tema de interesse, tornando possíveis suas participações e contribuições em proposições para a melhoria do ensino médio.
- **Realização do evento** – Os participantes destacaram que o evento é fundamental para debaterem o ensino médio e que o mesmo ocorra de forma permanente. Os participantes sentiram-se prestigiados pela oportunidade do evento dar “voz” aos profissionais que atuam no ensino médio. Destacam ainda que a integração e participação de diferentes instituições foram muitos produtivos para a discussão nos GTs (CEE, CNE. Universidades por exemplo).

Sugestões de temas

Os participantes apontaram com maior ênfase aos seguintes temas para os próximos Encontros do Ensino Médio:

- Gestão Escolar.
- Avaliação e Currículo.
- Tecnologias na Educação.
- EJA.
- Educação Especial.
- Ensino Profissionalizante.
- Educação no Campo e Indígena.
- Metodologia do Ensino por Áreas de Conhecimentos.
- Pacto pela Educação.
- Ensino Médio Inovador.
- Formação Continuada de Professores e Profissionais da Educação.
- Educação de Tempo Integral.
- Mercado de Trabalho e Ensino Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalização desse relatório aponta perspectivas importantes para a elaboração de uma diretriz curricular para Ensino Médio que se preocupe com o atendimento educacional e também com políticas que possam apoiar o desenvolvimento desse currículo requerido pelos docentes reunidos nos dias 08 e 09 de Abril de 2014 na UNAMA.

Assim, considerando os resultados analisados nesse relatório, apontamos que:

- a) As propostas apresentadas pelos docentes não apresentaram mudanças significativas em relação às atuais diretrizes curriculares. Ao invés disso, as propostas revelam o desejo dos docentes pelo cumprimento das políticas voltadas para o ensino médio que de alguma forma deixam a desejar por não ter atingido seus principais interessados: Os alunos, as escolas e os professores;
- b) O evento mostrou a necessidade da SEDUC ter maior contato com os professores para saber seus anseios e necessidades quanto a sua prática, uma vez que a apresentação de propostas que privilegiam o ENEM revelam a ausência de formação continuada para compreenderem a real função dessa avaliação no sistema educacional brasileiro;
- c) Os resultados demonstram também a preocupação dos grupos com as populações diferenciadas, uma vez que em todos os grupos de trabalho compareceram propostas voltadas ao Ensino Médio em comunidades indígenas, quilombolas, em classes hospitalares, classes prisionais, classes com alunos deficientes, entre outros;
- d) Chamou-nos atenção o grande número de propostas do grupo de acesso e permanência que revelam um apelo pelo cumprimento das políticas anunciadas e que não surtem efeito nas escolas, assim como o clamor por maior integração da SEDUC, como órgão executivo e suas extensões (USES, URES) junto às escolas para maior apoio ao trabalho desenvolvido por elas.

Diante dessas constatações sugere-se:

- a) Formação de um comitê para elaboração da minuta da resolução das diretrizes curriculares para o Ensino Médio no Estado do Pará a ser levado à apreciação nas audiências públicas;
- b) Manter um canal de comunicação com os docentes, escolas, URES e USES por meio de sessões especiais no CEE para ampliar a relação entre o órgão e a comunidade educacional do estado;
- c) Levar ao conhecimento da SEDUC e SEPROS as propostas e resultados do encontro para que se possa discutir alternativas às problemáticas apresentadas pelos docentes através da “Carta do Encontro do Ensino Médio”;
- d) Homologar a participação de docentes das redes pública e privada no Fórum do Ensino Médio.

REFERENCIAS

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Planalto. 1988. Disponível em www.senado.gov.br. Acesso em 23 Abril 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/1996**. Brasília, DF: Senado Federal. 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 23 Abril 2013.

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Educação Brasileira : Alguns indicadores e desafios**. Brasília/DF: MEC/INEP, 2013. Disponível em www.fe.unicamp.br/. Acesso em 03 de junho de 2014.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. **A política da OCDE para a educação e a formação docente. A nova regulação?** Educação, Porto Alegre, v. 34, n. 1, jan./abr. 2011 p. 75-85.

AUR, Bahij Amin; CASTRO, Jane Margareth de. Ensino médio: proposições para inclusão e diversidade. Brasília/DF: UNESCO, 2012. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002155/215571por.pdf>. Acesso em 03 Jun 2014.